

A EXPERIMENTAÇÃO LITERÁRIA DE MACHADO DE ASSIS

e o Tema da Propriedade da Terra no XIX

PEDRO PARGA RODRIGUES*

RESUMO

Trata-se aqui de refletir sobre a presença da temática do conflito de terras e de uma crítica à visão senhorial sobre a propriedade territorial em dois trabalhos literários do escritor Joaquim Maria Machado de Assis: “Na Arca: três capítulos (inéditos) do gênese” e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Pretende-se contribuir com os autores que entendem a transformação do estilo literário machadiano como um processo de experimentação, argumentando que a repetição da temática nos dois escritos é um indicativo desta ação criativa da parte do literato. Desta forma, também será sugerida a necessidade de estudos sobre a atuação do escritor enquanto funcionário público do Ministério da Agricultura, na seção encarregada de lidar com terras devolutas.

Palavras-chave: Machado de Assis; Segundo Reinado; Propriedade.

ABSTRACT

That article considers the presence of the land conflict theme and of a critique of slave-owners’ view about the territorial property on two Machado de Assis’ literary texts: “Na Arca: três capítulos (inéditos) do gênese” e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Some researchers understand the literary transformation of that writer in 1870’s as a creative process of experimentation. It aims to collaborate with that view, pointing out the presence of those traits on both literary works.

Keywords: Machado de Assis; Second Reign; Property.

* Bolsista de Pós-doutorado pela Capes no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua nos grupos de pesquisa NUPEP e Proprietas. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Email: pedropargar@gmail.com.

Introdução

Trata-se aqui de corroborar com um determinado olhar sobre a transformação no estilo literário machadiano no final da década de 1870, relacionando esta mudança à abordagem sobre a questão fundiária nos escritos ficcionais deste escritor oitocentista. Muitos estudiosos dos trabalhos de Joaquim Maria Machado de Assis dedicaram inúmeras páginas para entenderem a famosa “crise dos 40 anos”¹. Trata-se da transição sofrida em seu fazer literário no final da década de 1870. Neste momento, o bruxo do Cosme Velho adotou a ironia como arma de crítica aos acontecimentos cotidianos de sua época, abandonando o estilo romântico². Nesta ocasião, mais especificamente em 1879, com 40 anos, o autor publicaria o romance “Memórias póstumas de Brás Cubas” na revista “A Estação”, o qual seria republicado em livro, mais tarde, no ano de 1881. Este trabalho é uma das balizas de sua fase madura, sendo considerado por John Gledson como o seu primeiro grande romance³.

Gledson apresenta três correntes de pensamento sobre esta inflexão no estilo literário machadiano⁴. A primeira apresentaria razões de ordem biográficas, tal como a doença ocular que acometeu o romancista e contista nesta época ou a sua primeira crise de epilepsia. O fato de o escritor ter se licenciado de seu trabalho de funcionário público neste momento para tratar da sua saúde explicaria, nesta vertente, o pessimismo do autor em seus escritos maduros. Essa forma negativa de ver o mundo estaria presente tanto em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no capítulo “O Delírio”, quanto no desfecho de “Na Arca: três capítulos (inéditos) das gênesis”⁵. A segunda vertente recorreu às influências estilísticas sofridas pelo literato no momento de crise do romantismo. O contato com a sátira menipeia, bem como com o estilo humorístico de Laurence Sterne e de Xavier de Maistre, teria transformado o seu fazer literário.

Gledson questiona parcialmente essas duas linhas de pensamento. Para ele, tanto a explicação biográfica, quanto a das influências estilística deixariam de lado a agência histórica de Machado de Assis⁶. Em um caso, a mudança seria efeito das mazelas físicas e, no outro, das transformações literárias de seu tempo. Para o estudioso, “Temos que abandonar essa visão, apesar de todas as suas vantagens, bastante passiva, de um Machado que “recebe” a “solução” menipeia, e compreender o artista engenhoso e consciente das suas escolhas”⁷. O pesquisador argumenta existir um papel de sujeito no ato do romancista em mudar o estilo literário, embora concorde que os outros fatores tiveram sua importância. Assim, Gledson se aproxima de uma terceira corrente, inaugurada por Roberto Schwarz, em 1977, segundo a qual, a resposta é encontrada nos desafios enfrentados por Machado para descrever em termos românticos o amor entre agregados e senhores, pessoas em situações sociais desiguais. O romantismo contrastaria com a realidade social ao pregar um amor capaz de superar todas as barreiras, inclusive o hiato entre partes de uma relação de poder. Ao aderir à preocupação da década de 1870 de retratar criticamente a realidade social, mas, mantendo suas críticas

1 GLEDSON, John. “Machado de Assis e a Crise dos 40”, *Machado de Assis em linha*, Ano 4, número 8, dezembro, 2011, p.9.

2 MARCONDES, Ayrtton. *Machado de Assis: Exercício de admiração*. São Paulo: A girafa editora, 2008, p.212-214.

3 GLEDSON, *op.cit.*, p.12.

4 *Idem*, p.12-17.

5 Com relação ao pessimismo em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ver Gledson (GLEDSON, *op.cit.*, p.12-17.). Quanto ao que estaria presente no conto “Na Arca: três capítulos (inéditos) das gênesis”, conferir Jaison Luis Crestani (CRESTANI, Jaison Luis). “Três capítulos inéditos do Gênesis”: A apropriação paródica de textos bíblicos na obra de Machado de Assis”, 3º CIELLI - Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. Universidade Estadual do Maringá, 2014.).

6 GLEDSON, *op.cit.*, p.14-15.

7 *Idem*, p.15.

individuais ao Realismo e ao Naturalismo, Machado precisou recriar seu fazer artístico.

Esta crise casaria, segundo Gledson, inclusive, com o contexto do final da década de 1870 e início de 1880⁸. Entre 1871 e 1888, os potentados rurais vivenciaram a novidade da intervenção estatal no cotidiano de suas fazendas, reconhecendo direitos aos cativos. Em 1871, além da libertação do ventre, os escravos ganharam o direito de comprarem a sua alforria e juntarem pecúlio⁹. Em 1885, além da liberdade dos sexagenários, eles conquistaram a possibilidade de obterem auxílio com seus familiares para reunirem o dinheiro necessário para isso¹⁰. Neste período, também foram impostos limites aos castigos corporais¹¹. Apesar de existirem elementos próximos aos interesses senhoriais destas legislações, pela primeira vez o Estado intervinha nas relações escravistas, transformando o que antes era pensado como privilégio em direito¹². Isto representou um enfraquecimento do poder senhorial¹³. Não por acaso, este período, principalmente a década de 1880, viu crescer as ações abolicionistas e autônomas dos próprios cativos. A intromissão do governo em assuntos cotidianos da fazenda, a partir da Lei de 1871, causou também uma disjunção entre os saquaremas, representantes mais diretos dos proprietários fluminenses no Estado, e os estadistas imperiais, membros da burocracia estatal cuja experiência cotidiana estava mais relacionada ao cotidiano nas instituições governamentais¹⁴. Desta forma, a década da promulgação da Lei do Ventre Livre é também o momento de crise do Estado Imperial e do romantismo, corrente de pensamento que foi apropriada para legitimação do processo de centralização administrativa e para sustentação do Segundo Reinado. Assim, a década de 1870 foi marcada pela perda de espaço do romantismo para o positivismo, determinismos, naturalismo, realismo, evolucionismo, darwinismo social e outras correntes literárias e de pensamento¹⁵.

Neste contexto, Machado buscava se situar como um crítico do Realismo e do Naturalismo, afastando-se do Romantismo. Preocupado em representar as relações e problemas sociais de sua época, como outros autores, ele precisou se afastar do estilo romântico. Mas, ao mesmo tempo, questionava elementos das novas orientações. Ele escreveu críticas ao Realismo e a Eça de Queirós nas páginas do Jornal “O Cruzeiro”. O escritor também questionava o didatismo da poesia inspirada no cientificismo determinista, como as de Silvio Romero¹⁶. Diante deste dilema, Machado criou caminhos originais para seus escritos, em um processo de experimentação literária. Ao invés de descrever o comportamento dos grupos subalternos naquela sociedade através de um olhar deterministas, como faziam outros escritores deste tempo, ele optou por atuar como um intérprete das ações cotidianas destas personagens¹⁷. Também passou a representar criticamente e de forma discreta a visão de mundo da classe senhorial.

Assim, Gledson, acompanhando Schwarz, defende, assim, um “Machado ativo”¹⁸, isto é, que não era mero reflexo dos condicionamentos sociais aos quais estava exposto. Sem negar

8 *Idem*, p.16.

9 CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

10 MENDONÇA, Joseli Maria N. *Entre as mãos e os anéis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

11 *Idem*.

12 *Idem*.

13 *Idem*.

14 SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras - Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.52.

15 SCHWARZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.33-55.

16 *Idem*, p.50.

17 CHALHOUB, *op.cit.*

18 GLEDSON, *op.cit.*, p.17.

os limites sociais para a sua atuação, ele apresenta o romancista “como artista consciente que sabia o que fazia”¹⁹ e que “(...) criou uma literatura, um estilo (...)”²⁰. A seu ver, “Machado que foi ao mesmo tempo objeto e sujeito da sua situação cultural – achou um lugar, um espaço para experimentar, e de fato esse processo transbordou das crônicas para outros gêneros”²¹. Assim, as transformações no fazer literatura do escritor oitocentista são percebidas por Gledson como resultado de um processo de experimentação iniciado nas crônicas, mas que transbordaria para os contos e, então, para os seus romances maduros. O auge desta “experimentação pública”²² teria sido o ano de 1878, em sua atuação no periódico intitulado “O Cruzeiro”. Para Lúcia Granja e Gledson, os textos, crônicas ou contos, publicados por Machado neste jornal, sob o pseudônimo de Eleazar, precisam ser lidos e entendidos enquanto conjunto, pois fariam parte deste processo de experimentação na obra de Machado de Assis, que culminaria na publicação do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*²³. Para eles, “o que une (...) todos esses textos, de uma ou outra forma, é a comédia, a paródia e a incerteza ou a contradição genéricas”²⁴.

Outros estudos recentes corroboram com essa noção mais abrangente de transformação do paradigma machadiano. Janaina Tatim, estudando os textos do autor publicados no ano de 1878 em “O Cruzeiro”, reafirma esta visão, indicando que o escritor experimentava através de uma contaminação mútua entre os gêneros da crônica, do conto e romance²⁵. Jeana Laura da Cunha dos Santos demonstra como a atuação de Machado enquanto jornalista contribuiu para ele realizar “(...) o salto estrutural e crítico que foi *Memórias*”²⁶. Para ela, o autor se apropriou de aspectos da linguagem jornalística para a sua literatura e vice-versa. Em suas palavras, “o escritor carioca permanecia mais uma vez num entre-lugar, numa fronteira, transportando ideias de um lado para o outro, enriquecendo o cronista com o homem das letras e vice-versa”²⁷. Este processo teria seu auge em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o autor adoraria “capítulos curtos, beirando à anedota e à superficialidade”²⁸, incorporando o estilo jornalístico. Segundo Sidney Chalhoub, Machado de Assis “formou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão”²⁹. Para ele, “é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista (...)”³⁰.

Machado de Assis atuou como funcionário público no Ministério da Agricultura³¹. Ele entrou para o ministério em 1873, como primeiro-oficial, e tornou-se chefe da segunda seção em 1876. Esta repartição “(...) opinava cotidianamente sobre invasão de terras devolutas, demarcação e medição de terras, posses, sesmarias, terras de aldeamentos, corte de madeira e outras tantas questões fundiárias”³². Os relatórios deste ministério, na década de 1870, trazem inúmeros questionamentos à ação de potentados de ocuparem irregularmente estes terrenos públicos. Machado foi, inclusive, nomeado pelo ministro da

19 *Idem*.

20 *Idem*.

21 GLEDSON, *op.cit.*, p.19.

22 *Idem, ibidem*.

23 GLEDSON, John e GRANJA, Lúcia (org.). *Notas Semanais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p.21.

24 *Idem*.

25 TATIM, Janaina & SANSEVERINO, Antônio Marcos V. “A experimentação de Machado de Assis e a sedimentação dos gêneros literários”, *Revista Todas as musas*, Ano 04, Número 02, Jan-Jun 2013.

26 SANTOS, Jeana Laura da Cunha dos. “A Estética da crônica em Machado de Assis: movimentos pendulares e posições fronteiriças”, *Anuário de Literatura*, 7, 1999, p.113-131; p.114.

27 *Idem*, p.115.

28 *Idem*, p.118.

29 CHALHOUB, *op.cit.*, p.138-139.

30 *Idem*.

31 *Idem*, Introdução.

32 *Idem*, p.11.

agricultura Sinimbu, em 1877, para uma comissão encarregada de elaborar um projeto de reforma da Lei de Terras de 1850³³. Em 1881, foi proclamado oficial de gabinete do ministro da repartição em que trabalhava. Sidney Chalhoub foi o único historiador a estudar a documentação do ministério da agricultura buscando vestígios sobre as ações de Machado. No entanto, a questão fundiária não era o interesse mais direto deste historiador. Suas pesquisas dirigiram-se mais ao tema do cativo. Sobre sua consulta na documentação do ministério, ele afirma: “encontrei desde o início um volume impressionante de material sobre política de terras. (...) juntei enfim uma quantidade absurda de material sobre o tema, que está agora a atravancar a biblioteca doméstica. Não usei nada disto neste texto”³⁴.

Aqui não será utilizada a documentação ministerial, deixando-a para artigos futuros. Por outro lado, será feita apresentação de como a questão agrária esteve presente tanto no conto “Na Arca: três capítulos (inéditos) do gênesis” publicado pela primeira vez no jornal “O Cruzeiro” em 1878, quanto no mais famoso romance de sua fase madura: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Chalhoub considerou as ilações sobre propriedade de Machado no romance, mas não tratou do conto em tela. Este último foi publicado sob o pseudônimo de Eleazar no ano de 1878, pertencendo, assim, exatamente aquele momento no qual Gledson e Granja consideraram o auge da experimentação que causaria a virada machadiana e culminaria em *Brás Cubas*. No conto, o autor realiza exatamente uma paródia bíblica, na qual debocha dos potentados rurais oitocentistas. A paródia e a crítica social eram algumas das características muito comuns nas fases de aprendizado (década de 1870) e madura do autor.

Expondo a forma na qual o literato debochou da forma de a classe senhorial oitocentista relacionar-se com a propriedade territorial nos dois escritos, pretende-se demonstrar um aproveitamento temático presente na sua virada narrativa. Assuntos presentes na sua experimentação dos contos publicados no jornal “O Cruzeiro” em 1878 - como “Na Arca” - foram também inseridos em seus romances - como “Bras Cubas”. Houve, de fato, uma contaminação entre os diferentes gêneros literários. Os dois trabalhos literários - o conto “Na Arca: três capítulos (inéditos) do gênesis” e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* - fizeram humor com a forma dos potentados imaginarem a propriedade fundiária. Assim, a experimentação não foi apenas em termos de estilo, mas também temática. Algumas críticas e deboches presentes nos contos seriam retomados nos romances da fase adulta. O conto é repleto de termos jurídicos comuns nos processos cíveis de conflito de terra oitocentistas. Neste sentido, houve uma contaminação entre sua prática burocrática e literária. A atuação enquanto funcionário público em uma repartição encarregada de lidar com terras devolutas talvez tenha sido parte desta mudança.

Na Arca, os Potentados Disputavam Limites Territoriais

No dia primeiro de janeiro de 1878, inaugurava o jornal “O Cruzeiro”, contando desde o primeiro número com a atuação de Machado de Assis. Inicialmente, o escritor publicou de forma fracionada o romance *Íaió Garcia*. Ele publicou, dentre outros, os seguintes contos e crônicas neste periódico, sob o pseudônimo “Eleazar”: “Notas semanais”, “A chinela turca”, “O Califa de platina”, “Cão de lata rabo”, “A sonâmbula”, “Filosofia de um par de botas”, “Elogio da vaidade”, “O caso Ferrari”, “Antes da Missa”, etc. Sua última intervenção nesta folha ocorreu no dia primeiro de setembro do mesmo ano, por causa da associação

33 BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura*. 1877, p.36-38.

34 CHALHOUB, *op.cit.*, p.11.

entre Henrique Moreira, um dos organizadores do periódico, e Martinho Campos, um renomado escravagista³⁵. A partir deste momento, os editoriais passaram a se aproximar das ideias dos aliados do cativo, afastando Machado daquelas páginas. Segundo Daniela Silveira, este distanciamento demonstra a relação entre o "(...) que esse literato procurava oferecer (...)"³⁶ em sua obra e "(...) o perfil do periódico para o qual colaborava (...)"³⁷.

No dia 14 de maio de 1878, Machado de Assis publicou, no jornal "O Cruzeiro", um conto intitulado: "Na Arca: três capítulos (inéditos) das gênesis"³⁸. Este foi também o primeiro a ser escrito para compor uma coletânea chamada "Papéis avulsos I", publicada em 1882³⁹. Assim como outros contos desta época de experimentação, trava-se de uma paródia⁴⁰. Em "Peregrinação", o autor parodia a linguagem setecentista⁴¹. Em "O segredo do bonzo", suas penas apropriam-se dos escritos do português viajante Fernão Mendes Pinto para fazer humor⁴². Ele ainda faz a mesma zombaria com textos de Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar⁴³. Segundo Gledson, "(...) esse uso da paródia cresceu ao longo dos anos 1870, e chegou a um clímax nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Papéis avulsos*"⁴⁴. Neste romance narrado por um defunto-autor, segundo Roberto Schwarz, haveria uma apropriação humorística de Lucíola, de José de Alencar.

Em "Na Arca", a paródia dirige-se ao texto bíblico, mais especificamente ao livro do Gênesis, nos versículos relacionados à narrativa do dilúvio, na qual o patriarca Noé teria construído uma arca para salvar sua família e um casal de cada animal. Na versão publicada no jornal "O Cruzeiro", em um trecho omitido posteriormente na coletânea "Papéis avulsos I", Eleazar, o narrador-personagem - cujo nome significa em hebraico "O protegido de Deus" ou a "a quem Deus ajuda"⁴⁵-, informa ter recebido estes escritos de um monge capuchinho de Jerusalém. O narrador e seu interlocutor realizaram, segundo o primeiro, um enorme debate para saber se tratar-se-iam de capítulos inéditos do texto bíblico ou mera interpolação. O primeiro informa ter realizado um trabalho de 600 páginas, demonstrando serem capítulos do Gênesis situados entre os versículos 17 e 18⁴⁶. Assim, a narrativa teria acontecido após Deus dar a Noé a ordem de repovoar a terra, mas antes dele e sua família saírem da embarcação.

Ainda na arca, as personagens avistam o "cabeço de uma montanha"⁴⁷. As águas do

35 SILVEIRA, Daniela Magalhães da. Eleazar, colaborador do Cruzeiro. XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008. USP - São Paulo, Brasil

36 *Idem*.

37 *Idem*.

38 ASSIS, Machado. "Três Capítulos inéditos do Gênesis". *O Cruzeiro*. N. 133. Rio de Janeiro. p.1, 14 de maio, 1878.

39 ASSIS, Machado. "Três Capítulos inéditos do Gênesis" IN: ASSIS, Machado. *Papéis Avulsos I*. São Paulo: Editora Globo, 1997. p.93-100.

40 GLEDSON, *op.cit.*, p.20.

41 *Idem, ibidem*.

42 *Idem*, p.21.

43 *Idem*, p.20.

44 *Idem, ibidem*.

45 As referidas traduções do codinome Eleazar foram realizadas por Magalhães Junior (MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo de. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. V. 2. *Apud*: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. "Eleazar, colaborador do Cruzeiro", *XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*. 13 a 17 de julho de 2008. USP - São Paulo, Brasil).

46 Segundo Daniela Silveira (SILVEIRA, Daniela Magalhães da. "Eleazar, colaborador do Cruzeiro", *XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*. 13 a 17 de julho de 2008. USP - São Paulo, Brasil), esta introdução do conto omitida na coletânea Papéis avulsos I seria "(...) uma sátira destinada à boa parte dos homens de letras" oitocentistas, pois seria comum entre eles "(...) a publicação de longos estudos para provar teorias muitas vezes absurdas (...)". De fato, Machado debocha dos pensadores brasileiros de seu tempo também em "A teoria do Medalhão", outro conto publicado em *Papéis avulsos I*. Talvez isto explique a omissão deste trecho do escrito na coletânea. Talvez fosse forma de evitar a repetição da temática.

47 ASSIS, *op.cit.* 1878, p.1.

dilúvio ainda não tinham baixado, mas as personagens iniciam um longo diálogo sobre os seus destinos nas novas terras. O filho de Noé chamado Sem propõe individualizar o solo. Legisladores, reformadores e potentados do XIX também pretendiam, com a Lei de Terras de 1850 e a Lei Hipotecária de 1864, transformar a propriedade da terra em um direito individual e absoluto. A personagem do conto defende essa proposta em seu discurso, afirmando: “Meu pai tem a sua família; cada um de nós tem a sua família; a terra é de sobra; podíamos viver em tendas separadas. Cada um de nós fará o que lhe parecer melhor: e plantará, caçará, ou lavrará a madeira, ou fiará o linho”⁴⁸. Mas esta sugestão logo deságua em inúmeros conflitos entre estes dois irmãos para definirem os limites territoriais de seus domínios. Eles conheciam as terras recém descobertas só virtualmente, apenas o “cabeço de uma montanha”⁴⁹, mas começam a se digladiar como se tivessem direitos absolutos àquelas terras.

Os discursos das personagens envolvidas na disputa traziam implicitamente a sensação de terem propriedade absoluta sobre os quinhões deste território ainda desconhecido. Denunciando seu irmão como invasor, Jafé questiona a proposta de divisão de seu interlocutor:

17 - (...) Vai bugiar! Com que direito me tiras a margem, que é minha, e me roubas um pedaço de terra? Porventura és melhor do que eu?

18 - Ou mais belo, ou mais querido de meu pai? Que direito tens de violar assim tão escandalosamente a propriedade alheia?⁵⁰

Descrevendo as razões da desavença para o seu pai mais a diante no enredo, ele repete a fórmula, caracterizando o irmão como invasor: “Sem invadiu a minha terra, a terra que eu havia escolhido para levantar a minha tenda”⁵¹. O outro conflitante, ao longo do conflito territorial, acusa Jafé de ser injusto e turbar suas posses: “não sabes o que é justiça? Não vês que me esbulhas descaradamente”⁵²? A personagem utiliza, inclusive, o termo jurídico “turbar”, muito comum nos processos cíveis de disputas dominiais do Segundo Reinado. Esta e outras palavras recorrentes em conflitos agrários vividos no judiciário aparecem no texto, indicando uma influência da atividade burocrática no interior da segunda seção da Diretoria da Agricultura na escrita ficcional machadiana. Nestes termos das personagens, não parecia ser uma questão de estabelecer fronteiras em um território novo, pois eles apresentam os rivais como gatuno, invasor, alguém que turba posse e outras designações negativas. As personagens, assim como os senhores rurais oitocentistas, consideravam ter direitos certos sobre terras com limites desconhecidos, desconsiderando por completo os direitos de seus interlocutores e outros ocupantes. Assim como no XIX, os confrontantes deixavam de lado as dificuldades envolvidas na atividade de precisar limites para os domínios, considerando-se detentores inquestionáveis dos quinhões de terras em disputa.

Alguns legisladores envolvidos na promulgação da Lei de Terras de 1850 pretendiam, dentre outros objetivos, estabelecer os limites territoriais⁵³. Durante o regime de sesmarias, vigente no país até as duas primeiras décadas do século XIX, era comum o monarca doar terras

48 *Idem*.

49 *Idem*.

50 ASSIS, *op.cit.* 1878, p.1.

51 *Idem*.

52 *Idem*.

53 CARVALHO, José Murilo de. “Modernização Frustrada: a política de terras do império”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, mar.1981; MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito - 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

sobrepostas para diferentes colonos⁵⁴. Além disso, o regime de sesmarias ainda pressupunha a primazia do direito dos posseiros a dos detentores de títulos, dificultando ainda mais precisar os limites territoriais e a validade dos títulos imobiliários⁵⁵. Após 1824, quando foi proibida a doação de sesmarias, a posse generalizou-se como forma de adquirir domínio, tornando ainda mais difícil estabelecer essas fronteiras. As escrituras de compra e venda de imóveis, presentes nos livros de notas oitocentistas, de diferentes províncias, comumente se referiam à alienação de terras com “mais ou menos” determinada extensão. Dadas as incertezas dos títulos e limites territoriais, era perigoso precisar nos documentos públicos a extensão de seus domínios, pois isto poderia representar uma afronta as expectativas dos vizinhos sobre o tamanho de seus territórios. Além disso, isto representaria produção de provas contrárias às futuras expansões territoriais realizadas ilegalmente. Assim, as tentativas de realizar uma regularização fundiária através da Lei de 1850 favoreceram o surgimento de inúmeros conflitos entre vizinhos para precisar os limites territoriais. Assim como no conto, tratava-se de estabelecer divisas em territórios sem conhecer suas definições precisas e prévias. Mas os potentados rurais, assim como as personagens, engalfinhavam-se, considerando terem direitos certos e absolutos sobre territórios virtuais e em disputa. Tratava-se de um embate para sacralizar direitos dominiais de uns, em detrimentos dos pertencentes aos outros habitantes.

A noção de propriedade senhorial aparece ainda em outro trecho do texto machadiano. No momento em que Jafé avista o cabeço da montanha, ele comemora: “(...) seremos únicos na terra, e toda a terra será nossa (...)”⁵⁶. Por traz desta fala, existe a percepção de Machado de Assis sobre a cegueira dos potentados sobre os direitos de pequenos posseiros, indígenas, escravos e libertos roceiros e de outros agentes sociais. Desde os trabalhos de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos, a historiografia tem demonstrado que o direito à terra não era exclusivo dos grandes proprietários ligados à monocultura⁵⁷. Existiram outros sujeitos sociais com direitos dominiais, não só os senhores de escravos mais poderosos. Entretanto, estudos recentes têm demonstrado como os potentados rurais tendiam a pensar a si próprios como monopolizadores exclusivos do solo⁵⁸. Reproduzindo esses discursos, alguns autores da década de 1960 tenderam a supervalorizar os direitos dos latifundiários, desconsiderando o de outros grupos. A ambiguidade da fala de Jafé denota exatamente uma tentativa de Machado de debochar dos potentados rurais nas franjas de

54 MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito - 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

55 VARELA, Laura Beck. *Das Sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

56 ASSIS, op.cit. 1878.

57 LINHARES, Maria Yedda da & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Agrária Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

58 Sobre o assunto ver a tese de Márcia Motta (MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998). A autora demonstra como nos diferentes processos cíveis relacionados às disputas dominiais, os fazendeiros tendiam a apresentar os homens pobres livres meramente como agregados, desconsiderando os seus direitos de posse. Cláudio Maia Lopes apresenta as seguintes falas do Barão de Itamaracá, então parlamentar representando os cidadãos de Pernambuco, nas quais ele afirma que só os grandes possuidores teriam direitos territoriais: “O nobre deputado que se opoz ao requerimento até disse que as emendas não bulir com o menor camponez, com o mais pequeno proprietário de terras no Brasil. Senhores, ou eu não tenho ideia nenhuma da maneira por que a nossa agricultura se acha a este respeito, ou então, não entendo ao nobre deputado. Os terrenos do interior são todos de fazendeiros proprietários, os pequenos lavradores apenas têm terras concedida pelos proprietários: esses foreiros ou moradores de maneira nenhuma vão ser molestados pelo projecto (ao menos é isto que sucede nas províncias do Norte); o projecto vai, pois, entender com os grandes proprietários, e não com todo o camponez” (BRASIL. *Anaes do parlamento brasileiro*, 1876, p.740. *Apud*: MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira - A luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.) Em nossa tese (RODRIGUES, Pedro Parga. *As frações da classe senhorial e a Lei Hipotecária de 1864*. Niterói: EdUFF, 2016.), apresentamos falas de Luis Peixoto de Lacerda Werneck, potentado rural de Paty do Alferes, no sul fluminense, nas quais ele retoma fórmula parecida. Outros historiadores posteriores à década de 1980 demonstram o mesmo olhar entre autoproclamados senhores de terras. Seria desgastante citar todos os relatos.

seu texto. Ele representa a si e aos seus iguais, seus familiares, como monopolizadores do solo. Os irmãos em confronto, no conto, apresentam um olhar parecido, pois cismam em se representarem como proprietários das terras por direito e a desconsiderarem completamente as prerrogativas de seus interlocutores. Existe, entretanto, uma diferença entre os dois momentos do texto. Inicialmente, Jafé fala na primeira pessoa do plural: "(...) seremos únicos na terra, e toda a terra será nossa (...)”⁵⁹. Se nesta parte inicial do texto, ele concebe a si e a seus correligionários coletivamente como monopolizadores do solo, logo os irmãos passam a brigar e a se representar individualmente como donos. O interlocutor perde o status de igual e passa a ser um ladrão ou invasor. De qualquer forma, o olhar dos potentados está presente em ambos os momentos, seja deslegitimando os direitos de terceiros ou de seu conflitante.

O conto aparentemente apresenta, assim, uma redundância intencional. Ora, se eles eram únicos na terra, logicamente todas as terras seriam deles. Mas eram exatamente "(...) nas dobras de seu texto (...)”⁶⁰ e nesses "(...) aparentes desvios(...)”⁶¹ que se escondiam as "reais opiniões do narrador machadiano sobre os fatos (...)”⁶². Neste caso, é desta forma que o contista esconde a visão de mundo da sua personagem. Escondida por trás de uma aparente ambiguidade e de um jogo de palavras, ele apresenta uma crítica ferina aos potentados rurais e aos confrontos territoriais. Possivelmente existe nisto uma influência das disputas agrárias percebidas por Machado de Assis em sua atuação no Ministério da Agricultura. Na introdução de *Papéis Avulsos I*, livro no qual o conto "Na Arca: três capítulos (inéditos) das gênesis" foi republicado em 1882, Machado de Assis afirmava "(...) há aqui páginas que parecem meros contos, e outras que o não são (...)". O autor deixou assim entrever a existência de elementos verossímeis nos escritos desta coletânea. A aparente dubiedade escondia a visão de mundo senhorial da personagem. Segundo Gledson, as paródias machadianas eram "(...) mais do que zombaria fácil e superficial (...)”⁶³. Elas teciam comentários sobre a forma e o estilo dos textos parodiados, bem como debochavam dos problemas sociais e de personagens de seu tempo.

Um recurso comum nos deboches machadianos eram as comparações entre personagens reais ou ficcionais com outras de reconhecido renome. Estas associações buscavam rebaixar as figuras concretas, comparando-as a personagens ilustres ou no caso do conto em questão religiosa⁶⁴. A contraposição discreta entre Noé, um patriarca, uma figura sagrada para os cristãos, e os potentados rurais dos oitocentos não era por acaso, tinha objetivo claro de debochar da classe senhorial. Jafé e Sem, no início do enredo, comemoram que viverão "no seio da paz e da concórdia”⁶⁵. Sua família possuía, inclusive, a missão de salvar a humanidade castigada por causa da discórdia. Contudo, ao longo do conto, agiram como animais, disputando o território. A violência entre os irmãos modifica até mesmo o comportamento de animais selvagens: "(...) o lobo e o cordeiro, que durante os dias do dilúvio, tinham vivido na mais doce concórdia, ouvindo o rumor das vozes, vieram espreitar a briga dos dois irmãos, e começaram a vigiar-se um ao outro (...)”⁶⁶. Desta forma, Machado lança uma crítica também às famílias senhoriais oitocentistas que, contraditoriamente, manifestavam visíveis sinais externos de seu catolicismo, mas se engalfinhavam, comumente entre familiares na hora da partilha, pelo território.

59 ASSIS, Machado. "Três Capítulos inéditos do Gênesis". *O Cruzeiro*. N. 133. Rio de Janeiro. p.1, 14 de maio, 1878.
60 GRANJA, Lúcia. "A língua engenhosa: O narrador de Machado de Assis, entre a invenção de história e a citação da história" In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M. (org.). *A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

61 *Idem*.

62 *Idem*.

63 GLEDSON, *op.cit.*, p.20.

64 TATIM & SANSEVERINO, *op.cit.*, p.192.

65 ASSIS, *op.cit.* 1878.

66 *Idem*.

O conto termina com os seguintes dizeres: “A arca, porém, continuava a boiar sobre as águas do abismo”⁶⁷. Isto acontece pouco depois de Noé - aquele que representaria o patriarca, o chefe da família - proibir terminantemente os seus filhos de individualizarem o solo. A personagem ordena isto após perceber a impossibilidade de aplacar as disputas territoriais de sua prole. Nisto, existe uma crítica a alguns estadistas da década de 1870 que desistiram de regularizar a estrutura fundiária, afirmando a necessidade de respeitar os interesses dos proprietários⁶⁸. Ao mesmo tempo, esta frase final indica um pessimismo do autor, que, segundo Luís Jaison Crestani, estaria dirigido à condição humana⁶⁹. Não se pretende negar que o autor tivesse uma visão negativada sobre toda humanidade. Contudo, parece haver um olhar pessimista do autor que recai aqui também sobre a sociedade de sua época. A barca continuava sobre as águas do abismo, existindo ainda tempo para os irmãos digladiarem-se. Ao mesmo tempo, a questão territorial não estava resolvida. Talvez o trabalho no Ministério da Agricultura, lidando com conflitos alheios e intermináveis, tenha sido um dos fatores para o desgaste do escritor no final da década de 1870. Expressar artisticamente e discretamente seus sentimentos para com estes conflitos - e outros desacordos com relação aos seus contemporâneos - talvez tenha sido uma espécie de válvula de escape. Impossível provar isto, mas o fato é que a atuação burocrática de Machado na Diretoria da Agricultura, assim como a sua abordagem sobre a questão agrária, foi parte do processo de renovação do seu fazer literário.

Brás Cubas, a Idealização da Propriedade e a Casinha da Gamboa

O escritor utilizaria novamente a estratégia literária de esconder a visão das personagens nas dobras do texto em *Brás Cubas*. A diferença neste texto, entretanto, deve-se ao fato de a personagem, cujo olhar está sendo escondido, ser também defunto e narrador da história contada. Porém, o recurso literário experimentado em seus contos publicados no jornal “O Cruzeiro”, em 1878, foram novamente empregados neste romance da fase madura. E, mais uma vez, este estratagemas era empregado para debochar da visão de mundo senhorial, pois o narrador era um ilustre e falecido representante deste grupo social. Trata-se de um integrante da elite fluminense buscando contar a sua biografia para os leitores depois de morto. Ele sustenta a ideia de que a sua condição lhe permitiria falar livre das regras sociais e dos entraves existentes para os vivos. No entanto, ainda assim, disfarçado nos seus discursos, aparecem traços das concepções de sua classe social acerca da propriedade.

Não é só o recurso estilístico experimentado nos contos de 1878 que Machado aproveita no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Como se disse anteriormente, houve uma retomada da temática da propriedade. Mais uma vez, o autor debocha, através de elementos dos discursos das personagens, da visão de propriedade senhorial. Sidney Chalhoub percebe estas galhofas⁷⁰. Este historiador demonstra a existência de um humor direcionado à noção de propriedade de Brás Cubas. O defunto narrador descreve a casinha da Gamboa, onde se encontrava em segredo com a sua amante Vigília, afirmando que esta morada lhe garantia “aparência de posse exclusiva”⁷¹, “domínio absoluto”⁷². A personagem descreve o esconderijo assim:

67 *Idem*.

68 RODRIGUES, *op.cit.*

69 CRESTANI, Jaison Luís. “Três capítulos inéditos do Gênesis”: A apropriação paródica de textos bíblicos na obra de Machado de Assis”, 3^o CIELLI - Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. Universidade Estadual do Maringá, 2014.

70 CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

71 *Idem*, p.75.

72 *Idem*, *ibidem*.

A casa resgatava-me tudo; o mundo vulgar terminaria à porta: - dali para dentro era o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, nosso, somente nosso, sem leis, sem instituições, sem baronesas, sem olheiros, sem escutas - um só mundo, um só casal, uma só vida, uma só vontade, uma só afeição (...)⁷³.

A personagem descreve, ao mesmo tempo, sentimentos relacionados ao seu matrimônio e suas noções de propriedade. Brás Cubas fala sobre a casa lhe assegurar o sentimento de sua esposa não existir ("Sem baronesa", "um só casal (...), uma só afeição") e de ausência do perigo de sua traição ser revelada ("sem olheiros, sem escutas"). Com relação ao seu matrimônio, ele fala livre dos condicionamentos sociais. Todavia, ainda assim, a dobra do seu discurso esconde olhares classistas. Segundo Chalhoub, e a concordância com o autor é integral, esta morada representava "(...) o mundo sonhado segundo os parâmetros da ideologia paternalista (...)”⁷⁴. O esconderijo oferecia para o narrador “aparência de posse exclusiva” e “domínio absoluto”. A residência que não era dele, mas de sua dependente, o fazia sentir proprietário absoluto e exclusivo desta. Em uma época de intenso caos agrário e incertezas em relação aos títulos e limites territoriais, ele se sentia senhor incontestável de um esconderijo onde residia sua dependente. Brás Cubas sentia-se proprietário da casinha cedida temporariamente para D. Plácida - a quem ele trata como agregada. A casa estava sob a posse dela, ainda que ele pudesse encontrar com a amante nesta morada. No entanto, ainda assim, ele considerava ter “aparência de posse exclusiva” e “domínio absoluto”. Além disso, a personagem retrata a casinha exatamente na forma que os potentados rurais pensavam o seu domínio, como um território impermeável ao domínio público e imaginando terem domínio absoluto. Para eles, o Estado não poderia intervir nas relações de mando de suas fazendas. Nesta concepção, o Estado não poderia cobrar impostos, definir os limites territoriais sem o desejo prévio dos autoneomeados proprietários e muito menos interferir nas relações de trabalho.

Segundo Sidney Chalhoub, os potentados entendiam a ação dos homens pobres livres, libertos e cativos como “(...) expressão da vontade dele (...)”⁷⁵. Os chefes locais tendiam a não perceberem as resistências cotidianas desses agentes sociais. Tipicamente, os membros da classe senhorial viam a si próprios e seus iguais como “(...) controladores de uma espécie de economia de concessão e favores (...)”⁷⁶. O historiador percebe este proceder nas relações de Estácio com Helena (uma dependente) e seus cativos, Bentinho com seus agregados, assim como em outros romances machadianos. Era exatamente esta concepção que os potentados oitocentistas manifestavam sobre os pequenos posseiros. Estes eram reduzidos a agregados, sujeitos dependentes e supostamente sem direito à terra⁷⁷. A ação desses homens pobres livres de possuírem terrenos era negligenciada pelos potentados rurais, sendo ilustradas como se fossem apenas concessões, frutos de seus favores ou resultado da expressão de suas vontades. Assim, era possível a Brás Cubas sentir-se proprietário exclusivo de uma casa alheia. Assim como Sem e Jafé, no conto “Na Arca”, ou como os senhores de escravos oitocentistas, a personagem do romance em questão percebia-se como monopolizador do solo.

⁷³ *Apud* CHALHOUB, *Ibid.*, 2003, p.75.

⁷⁴ CHALHOUB, *Ibid.*, 2003, p.75.

⁷⁵ *Idem*, p.26.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁷ MOTTA, *op.cit.*

Conclusão

Na década de 1870, Machado de Assis viveu um processo de experimentação literária. Este movimento de transformação culminaria exatamente no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Não se tratou apenas de uma experimentação estilística, mas também de utilizações de temas e de críticas sociais. Assim, deboches realizados pelo escritor aos potentados rurais em contos publicados no jornal "O Cruzeiro" ao longo desta década foram retomados e reatualizados mais tarde nas obras da sua fase madura. As críticas ao olhar senhorial estiveram presentes no romance *Helena*, mas também em *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Alguns dos deboches realizados neste momento foram retomados dos contos anteriores. Em um destes contos, intitulado "Na Arca: três capítulos (inéditos) do Gênesis", o escritor utilizou termos comuns nos autos processuais envolvendo conflitos de terra da Diretoria da Agricultura. Houve, assim, um processo de experimentação, no qual o autor utilizou sua experiência enquanto jornalista e de funcionário público do Ministério da Agricultura nas suas criações artísticas. Não por acaso, a temática dos conflitos de terras aparece nos dois momentos.

Recebido em: 16/01/2018

Aprovado em: 22/06/2018